



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

NADYNE MARIA MARINHO DOS SANTOS

“CADEIA? GUARDA O QUE O SISTEMA NÃO QUIS”: O estigma sofrido por ex-presidiários no mercado de trabalho de Campina Grande – PB

**CAMPINA GRANDE
2023**

NADYNE MARIA MARINHO DOS SANTOS

“CADEIA? GUARDA O QUE O SISTEMA NÃO QUIS”: Uma reflexão acerca do estigma sofrido por ex-presidiários no mercado de trabalho de Campina Grande – PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação em Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia do Trabalho

Orientador: Profa. Dra. Waltimar Batista Rodrigues Lula

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237c Santos, Nadyne Maria Marinho dos.
"Cadeia? Guarda o que o sistema não quis" [manuscrito] :
o estigma sofrido por ex-presidiários no mercado de trabalho
de Campina Grande - PB / Nadyne Maria Marinho dos
Santos. - 2023.
56 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Waltimar Batista Rodrigues Lula ,
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC. "
1. Crime. 2. Estigma. 3. Ex-presidiários. 4. Mercado de
trabalho. 5. Ressocialização. I. Título

21. ed. CDD 301

NADYNE MARIA MARINHO DOS SANTOS

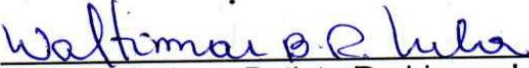
“CADEIA? GUARDA O QUE O SISTEMA NÃO QUIS”: Uma reflexão acerca do estigma sofrido por ex-presidiários no mercado de trabalho de Campina Grande – PB


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação em Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia do Trabalho.

Aprovada em: 30/11/2023

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Waltimar Batista Rodrigues Lula (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Raniere Ferreira Torres
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos os que percorreram comigo o
caminho tortuoso da Sociologia, DEDICO.

“Quem mata mais ladrão ganha medalha
de prêmio
O ser humano é descartável no Brasil
Como *modess* usado ou Bombril
Cadeia? Guarda o que o sistema não quis
Esconde o que a novela não diz”

- Racionais MC's, Diário de um detento
(1997)

RESUMO

Este presente trabalho visa investigar o estigma sofrido por ex-presidiários no processo de reingresso no mercado de trabalho de Campina Grande. Também pretende apontar as principais problemáticas no sistema público de ressocialização do estado da Paraíba, como também discutir a importância das relações familiares e sociais no combate ao reingresso ao sistema penitenciário. Por fim visa entender como se estrutura o estigma contra ex-presidiários e como ele é representado nas relações sociais destes indivíduos e verificar as alternativas encontradas por esses indivíduos para lidar com o estigma sofrido, utilizando-se dos conceitos de Émile Durkheim, Agnes Heller e Erving Goffman. Como metodologia para pesquisa, utiliza a técnica de Entrevista Semiestruturada com 4 ex-presidiários da cidade de Campina Grande-PB, composta por 12 perguntas que tinham como foco entender a relação destes com a sua própria realidade enquanto identidade estigmatizada. A realidade observada no cotidiano dos atores é de marginalização e exclusão no mercado de trabalho causado pelo estigma sofrido, afetando sua vida social e também profissional. Obteve-se um resultado de profundo impacto na ressocialização dos atores ocasionado pelo estigma, no qual provoca um distanciamento de si e de suas próprias realidades.

Palavras-Chave: Crime; Estigma; Ex-presidiários; Mercado de trabalho; Ressocialização.

ABSTRACT

This present study aims to investigate the stigma experienced by former prisoners in the process of reintegrating into the job market in Campina Grande. Additionally, it intends to identify the main issues in the public rehabilitation system of the state of Paraíba, as well as discuss the importance of family and social relationships in combating re-entry into the prison system. Finally, it seeks to understand how the stigma against former prisoners is structured and represented in their social relationships, and to examine the alternatives found by these individuals to cope with the experienced stigma, using the concepts of Émile Durkheim, Agnes Heller, and Erving Goffman. The research methodology involved the use of the Semi-Structured Interview technique with four former prisoners from the city of Campina Grande, Paraíba. The interview consisted of twelve questions focused on understanding their relationship with their own reality as stigmatized individuals. The observed reality in the daily lives of the subjects is one of marginalization and exclusion from the job market due to the stigma they endure, affecting both their social and professional lives. A result was obtained that had a profound impact on the resocialization of actors caused by stigma, which causes them to distance themselves from themselves and their own realities.

Keywords: Crime; Stigma; Former prisoners; Job market; Rehabilitation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.2	JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA DA PESQUISA	11
2	DURKHEIM E A GÊNESIS DO CRIME NA SOCIEDADE	15
2.1	AGNES HELLER, O HOMEM GENÉRICO E O SENTIDO DO TRABALHO	21
2.2	ERWIN GOFFMAN E A IDENTIDADE ESTIGMATIZADA	29
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
44	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	51

1. INTRODUÇÃO

A Sociologia enquanto Ciência que tem como um dos principais pilares entender as relações sociais e a influência delas na socialização dos indivíduos, tem construído ao longo de sua história estudos que deram voz a classes subjugadas e marginalizadas.

O estudo da Sociologia do Trabalho, um campo clássico dentro das Ciências Sociais, tem entre seus objetivos entender as relações de trabalho na sociedade e no mundo capitalista. Essa preocupação advém de uma necessidade de explicar como a questão do trabalho é um debate central. Uma vez que as pluralidades e multifacetadas formas de viver estão cada vez mais instituídas na estrutura social, o trabalho é aquele que une os indivíduos em uma só característica de subsistência: total submissão as relações produtivas e a venda da sua força de trabalho.

Por sua vez a Sociologia do Crime, apesar de ter relações com todos os outros campos, ainda é um estudo que caminha a passos lentos em comparação aos demais que são mais corriqueiramente pesquisados: gênero e sexualidade, educação, urbano, entre outros, dentro das Ciências Sociais. Estudos que cerceiam a origem do crime e da criminalidade, bem como o foco em entender a culpa do sistema na formação de uma rede criminoso e a omissão de indivíduos criminosos das relações sociais 'comuns' são os principais estudos desse campo que cresce junto com a modernidade da sociedade capitalista.

Por meio de Émile Durkheim, um dos principais teóricos da Sociologia, pode-se entender o crime como uma categoria inerente na sociedade. Desde que este observa o crime tão minuciosamente em seu conceito de Fatos Sociais, e analisa as consequências e causas desse fenômeno, se torna um teórico importante para explicar a mobilização que o crime causa na sociedade. Ele exprime como, por estarmos organizados em sociedade e o entendimento sobre ações consideradas imorais são sempre alvo de penalização.

É uma realidade, que desde os primórdios das Ciências Sociais a investigação acerca do crime em sua totalidade, os clássicos se debruçaram (mesmo que integrando a outras concepções) e transformaram a maneira de entender o fenômeno que está presente em toda e qualquer sociedade, seja ela capitalista ou não, seja ela complexa ou não. Crime e criminalidade está para a sociedade como o trabalho está

para o indivíduo: uma dissociação impossível e característica definidora de ações e pensamentos independentemente de como se institui.

Por isso, unir as Sociologias do Crime e do Trabalho para investigar essa realidade na relação sociedade-indivíduo é se debruçar sobre um estudo que exprime as duas principais causalidades dos fenômenos sociais. O trabalho sempre foi e sempre será essencial na composição de indivíduos enquanto componentes de uma sociedade. Por outro lado, o crime, ainda que não necessariamente executado por tais indivíduos é sempre em face de e para um indivíduo ou mais. Nessa perspectiva analisar essa relação ultrapassa o cotidiano e movimenta toda uma percepção estrutural desses fenômenos. Como eles constituem a sociedade e modificam a forma de pensar, viver e agir de seus componentes é (e deveria sempre ser) uma preocupação genuína para aqueles que buscam unir os dois campos.

Por sua vez, o cotidiano é uma categoria sociológica que, mesmo observada pelos teóricos da microsociologia, investiga além das relações individuais, mas sim resgata concepções estruturais para desmistificar o que dentro da cotidianidade dos sujeitos se torna comum e usual.

Como abordado por Vanali (2015, p. 111), “O território do cotidiano define-se assim como um lugar onde age o indivíduo tornando humana a sua vida. Dialoga o cotidiano com o estranho e o diferente, mas é somente diante destes que se reconhece”, demonstrando que o estudo sob o cotidiano é um constante despertar do que é natural em conflito com o desconhecido.

Portanto, analisar o processo de socialização que ocorre diariamente na sociedade, significa perceber as nuances deste e questionar comportamentos normalizados, especificamente por comporem o cotidiano das massas. Esse papel clássico de “distanciamento” que é requerido do cientista ao mesmo tempo em que ele está inserido no contexto que pesquisa, é talvez, um dos maiores desafios às Ciências Sociais pois rompe com qualquer ideal de neutralidade científica, sendo, portanto, um campo de estudos interpessoais, entrelaçados com a problematização da própria realidade.

O estigma é tão comum quanto as categorias de trabalho e crime dentro da cotidianidade. Goffman (2022) demonstra como, historicamente, foi pilar importante na estrutura social e nas relações dos indivíduos. Desde a primeira socialização destes com a família e após, ao entrar em contato com as relações fora do ambiente primário de constituição do indivíduo, estes aprendem a segregar/selecionar tipos

específicos de indivíduos com os quais se relacionarão (divididos, por exemplo, por cada categoria estrutural que constitui um sujeito social, tais como: religião, classe, trabalho, gênero, etc.). A partir dessa “escolha” se formam os preconceitos e desigualdades que geram a violência na sociedade, além de uma multiplicidade de grupos sociais que não se relacionam entre si por consequência das identidades estigmatizadas.

Essa escolha surge da necessidade inerente dos indivíduos de se unirem aos seus semelhantes, seja uma unidade ocasionada pelo mesmo espaço de socialização que compartilharam/compartilham ou por ideais semelhantes, o diferente não é comumente inserido na cotidianidade dos sujeitos. E mesmo que, por intermédio de fato não determinados, o encontro entre o familiar e o estranho entre em conflito, ele logo é sancionado. Afinal, cotidiano e cotidianidade no fim das contas, é o “palco” para esse conflito usual no dia-a-dia dos indivíduos, pois conviver em sociedade significa encontrar mesmo não intencionalmente aquilo que é estranho e fora do comum. Assim, um indivíduo que, por exemplo, viveu sempre em boas condições sociais e nunca se deparou com o perigo das enchentes no seu bairro, não entenderá o choro de moradores de bairros em vulnerabilidade urbana, em épocas de chuva. Ou até mesmo um sujeito que foi socializado desde sua infância em uma religião fundamentalista, não poderá aceitar (ou pelo menos terá extrema dificuldade) concepções científicas de explicação da formação da sociedade.

Por isso, a Sociologia uma vez problematizadora desse conflito, encontra solo fértil para entender não só a percepção dos sujeitos acerca do estranho, mas também como esse estranho se apresenta e se firma na sociedade que, em partes, o rejeita (uma vez que o “estranho” é relativo). O estranho que se busca investigar nesta monografia é, justamente, aquele que historicamente sempre esteve no espaço distanciado do convívio social. Firmemente julgada não só pela régua social, a classe de ex-presidiários se tornou uma das mais marginalizadas das relações sociais.

Preocupar-se em entender essa classe e como a sociedade reage às suas ações, sejam elas presentes ou passadas, é deparar-se com uma constante desvalorização desses indivíduos enquanto sujeitos sociais dotados de moral, direitos, deveres e todas as características que constituem um indivíduo social. Neste ínterim, surge um estudo profundo não só da epistemologia do crime, mas como entendemos esse fenômeno e como ele modifica completamente a percepção do Outro, seja ele criminoso ou não.

A mentalidade que se firmou na sociedade da totalidade das forças produtivas vai de encontro (no qual entra o conflito referido anteriormente) com a moral social que vê o crime e o criminoso como componentes à parte da sociedade, e até mesmo, uma ameaça à essa totalidade. Com base nisso, esta monografia fundamenta-se, no conceito elaborado por Agnes Heller, nomeado pela mesma de “homem genérico”. Este conceito nos exprime exatamente o que, socialmente falando, significa o trabalho para os indivíduos. Demonstra uma centralidade humano-social voltada para o que os une em comum e os sustenta enquanto indivíduos.

Baseado nos três principais conceitos mencionados, há um despertar no que estes em união podem oferecer à investigação sociológica, uma vez que separadamente demonstram não se relacionar em nada. Porém, são conceitos essenciais para entender em que medida o estigma sofrido por ex-presidiários afeta seu reingresso ao mercado de trabalho e na (re)construção de suas relações sociais, especialmente quando trata-se de uma sociedade que cada vez mais seleciona rigorosamente aqueles que estão aptos ou não ao mercado de trabalho formal.

Por isto, esta presente monografia tem como objetivos investigar o estigma sofrido por ex-presidiários no processo de reingresso no mercado de trabalho de Campina Grande, além de apontar as principais problemáticas no sistema público de ressocialização do estado da Paraíba. Visa também discutir acerca da importância das relações familiares e sociais (das quais são construídas fora do ambiente de 1ª socialização) no combate ao reingresso ao sistema penitenciário, entender como se estrutura o estigma contra ex-presidiários e como ele é representado nas relações sociais destes indivíduos e por último, verificar as alternativas encontradas por esses indivíduos para lidar com o estigma sofrido.

1.2 JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA DA PESQUISA

A necessidade de se debruçar sob o problema surge na análise dos estudos atuais voltados para Sociologia do Crime e do Trabalho, que quase nunca se unem para discutir a relação sociedade-indivíduo, especialmente nessa Ciência. Para além disso, em acréscimo, percebe-se um apagamento e distanciamento desses indivíduos das discussões sociais uma vez que o estigma recai sob suas vidas. Ou seja, há poucos espaços na sociedade e até mesmo na Academia que se discuta de fato a importância do trabalho no resgate de ex-presidiários contra o sistema penitenciário. Não se discute sobre a rede de apoio, sobre as políticas públicas e as condições de

manutenção dentro das prisões. Não há o debate claro e limpo do que acontece uma vez que os reclusos saem do sistema, não há acompanhamento e não há, ainda, estudos o suficiente que mostrem que há uma política pública efetiva que os insira de maneira justa na sociedade uma vez que retornam do sistema.

Ao buscar dados sobre análise da vida de ex-presidiários, um acompanhamento de como seguem suas vidas pós saída do sistema, leva a dados incompletos sobre o seu reingresso aos delitos, mas não àqueles que escolhem mudar de vida e suas dificuldades. Há políticas públicas que abarcam o trabalho para apenados, mas não há um auxílio para o pós saída, como bem apresentado no site do Governo do Estado da PB:

Atualmente temos 827 reeducandos inseridos no trabalho interno em 79 unidades prisionais, enquanto que no trabalho externo temos 459 reeducandos desenvolvendo atividades laborais em 17 instituições conveniadas e também na própria SEAP.

Quanto aos dados gerais, obtém-se que há atualmente no sistema penitenciário um total de 13.767 apenados (variando entre os regimes abertos, fechados, semiabertos, em liberdade, etc.). Constatam-se, portanto, que mesmo com as políticas disponíveis elas não são acessíveis a todos os que compõem o sistema. Levanta-se, portanto, a importância do debate acerca do trabalho na vida destes indivíduos, e em acréscimo, o que essa categoria pode fornecê-los uma vez que estiverem fora do sistema à mercê da sociedade que o estigmatiza. Portanto, unir o estudo da criminalidade aos estudos do trabalho se tornam essenciais para entender não só a relação destes indivíduos com sua própria realidade, mas também com aquela que desejam construir uma vez que estão fora do sistema penitenciário.

Atrelado a isto, mostra-se a necessidade de se aprofundar nas necessidades destes indivíduos, que estão presentes no cotidiano, no desenrolar da construção de suas próprias realidades. É por este motivo que uma pesquisa que visa entender aspectos mundanos e subjetivos que residem na microsociologia devem apoiar-se no constante diálogo com seu agente de pesquisa.

Portanto, a construção de um diálogo com esse agente deve respeitar a sua maneira de viver, de observar o mundo que está sendo pesquisado. Entender que, aquele agente está situado em um contexto de múltiplas significações assim como o próprio pesquisador. Abster-se desses significados e símbolos representa perder o que de rico há na realidade do outro, na qual são fornecidas as verdadeiras respostas

do que se pretende pesquisar. É no cerne, e somente nele, do indivíduo que residem essas verdades. É apenas a partir do diálogo que se pode alcançá-las.

Porém, há de se confundir a palavra diálogo de seu sentido filosófico com seu sentido gramatical. Dialogar não corresponde apenas a uma interlocução entre dois indivíduos, mas sim, na construção de uma teia de troca de conhecimento, experiências, significados e especialmente, de cotidiano. Este diálogo só pode surgir no dia-a-dia daqueles que o constroem, foge do extraordinário e se sustenta no conforto do 'comum', é uma atividade que exercita a compreensão não só do outro como a si mesmo.

Como bem elaborado por Demo (2011, p. 43):

Pesquisa como diálogo é processo cotidiano, integrante do ritmo da vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restrinja a mera reprodução; na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente.

Desse modo, construir diálogo na pesquisa, especialmente se tratando de indivíduos que há muito são marginalizados e que reagem a um cotidiano de constante luta e conflito, é construir uma relação entre pesquisador e agente que ultrapassa os interesses científicos, mas também ensina e constrói o caráter do pesquisador enquanto ser social. Portanto, não há o que as Ciências Sociais acreditavam existir por 'neutralidade científica' uma vez que ser pesquisador na área é também depositar suas concepções e visões de mundo naquilo que pretende investigar.

Além disso, pesquisar Sociologia não deve nunca se dissociar do fazer cotidiano de todos os atores presentes na pesquisa. Principalmente por ela compor sempre uma realidade subjugada e que modifica esse dado cotidiano. Entender a pesquisa sociológica como 'moinho' capaz de movimentar as 'águas' da sociedade é enxergar o poder que há nela, e enriquecer ainda mais o estudo dos indivíduos e da realidade em que vivem.

Em consonância a isto, a metodologia utilizada capaz de aproveitar o máximo do diálogo construído entre pesquisador e pesquisado foi a de história de vida. Essa abordagem está centrada na força da conexão entre os envolvidos, bem como na relação do pesquisado com sua própria narrativa. Busca aprofundar-se no discurso do sujeito e resgatar, por meio de suas de suas expressões, as significações acerca do que está sendo pesquisado. Por isso, para Laville e Dionne (1999, p. 159):

Obtêm-se assim belas ocasiões de compreender como as pessoas representam esses fenômenos e acontecimentos históricos, sociais ou culturais, como passaram por eles, vividos na indiferença ou em uma participação mais ativa. É uma maneira de recolocar o indivíduo no social e na história: inscrita entre a análise psicológica e individual e a dos sistemas socioculturais, a história de vida permite captar de que modo indivíduos fazem a história e modelam sua sociedade, sendo também modelados por ela.

Ou seja, a história de vida se torna essencial para dar voz aos indivíduos que sempre foram marginalizados e silenciados. Uma vez que são os protagonistas de suas histórias e vivências, é por meio de seus discursos que serão alcançados os objetivos desta pesquisa. É somente por meio de suas interpretações acerca daquilo que vivem e viveram dentro de sua identidade social que se pode caminhar. O pesquisador, deve atentar-se nos detalhes, em como o discurso está sendo posto e analisar delicadamente cada nuance que torna aquele discurso rico em experiência e conhecimento acerca do tema.

Dessa maneira, a técnica de coleta de dados que utilizada veio a ser a Entrevista Semiestruturada que compõe perguntas pré-selecionadas que guiam o pesquisado a responder aquilo que o objetivo da pesquisa propõe, mas ainda o deixando livre para acrescentar dados importantes a pesquisa, uma vez que é em sua experiência que reside as respostas que procura o pesquisador.

Realizou-se 4 entrevistas com homens entre 18 e 40 anos, que estiveram privados de liberdade por pelo menos 3 anos no sistema penitenciário sob penas diversas, considerando-se em sua maioria como pardos na identificação étnico-racial e estando atualmente com atividades remuneradas diversas.

Com isso, a pesquisa flutua entre a relação dos entrevistados com o mundo que devem encarar uma vez que saem do sistema. Aplicou-se, portanto, 12 perguntas que serviu de base para entender o contexto das vidas destes indivíduos e foram sendo complementadas uma vez que relatavam suas experiências, demonstrando a riqueza de informações no discurso livre destes.

2. DURKHEIM E A GÊNESIS DO CRIME NA SOCIEDADE

Há um questionamento envolta do conceito de crime e criminalidade, que emerge desde os primórdios do fazer sociológico. Afinal, o crime é nada mais nada menos que um dos fenômenos que, assim como o trabalho, sempre esteve presente na historicidade do homem. Antes mesmo do crime, ser nomeado como tal, atos repudiados pela sociedade sempre foram reprimidos, um exemplo é o primeiro Código Penal que se tem conhecimento na história. O código de Hamurabi, baseado na famosa Lei do Talião que previa a retaliação dos atos repudiados por meio da repetição de sua consequência (“olho por olho, dente por dente”). Sem dúvidas o caminho que precedeu os principais livros de leis/direito que vieram a ser utilizados nos séculos seguintes. A vingança, era a forma de punir, que para a época se suscitava em “cobrar” do punido aquilo que de ruim causou a sociedade.

Pode-se observar essa mesma característica vingativa na descrição de como aconteciam os suplícios problematizados por Foucault (2014). Ele explanou a importância dada a uma punição corporal àqueles que, por um afronte a superioridade de seu soberano e à sociedade que compunha, cometeu um crime que expunha seus semelhantes ao risco. Ainda segundo Foucault (2014), esta punição seria uma “encenação” do que o próprio crime veio a ser:

Enfim, encontramos às vezes a reprodução quase teatral do crime na execução do culpado: mesmos instrumentos, mesmos gestos. Aos olhos de todos, a justiça faz os suplícios repetirem o crime, publicando-o em sua verdade e anulando-o ao mesmo tempo na morte do culpado (Idem, p. 47, 2014)

Isto exemplifica de maneira simples a realidade que é posta: o crime, sempre existiu, e a reação a ele depende inerentemente da visão que cada sociedade possui dele e de como ela foi afetada por ele. Por isso, Durkheim se torna um dos pais da Sociologia do Crime, pois foi um dos primeiros teóricos da área a considerar o fenômeno como uma parte essencial da história das sociedades, e também da construção da consciência coletiva e solidariedade social.

Porém, antes de adentrar de fato, no entendimento de Durkheim sobre o crime, deve-se primeiro entender como ele observa a sociedade. Para o teórico, a sociedade nos é apresentada como um modelo já pronto e definido anteriormente, tornando-se exterior aos indivíduos. Esse, seja talvez, o principal foco para entender toda a teoria de Durkheim, uma vez que é a base de todos os seus objetos. Em sua elaboração teórica, ele busca sempre deixar claro a coerção existente na sociedade que

transforma nossa maneira de pensar, agir e estar na sociedade. Não há uma ação sequer que não haja baseada em uma coerção estrutural exterior ao indivíduo, que por meio de uma internalização de fatos, transforma a sociedade em um elemento de interações múltiplas baseadas nessa coerção. Ou seja, a realidade social condiz quase como com uma peça de teatro em que as falas e ações dos personagens já estão montadas e encenadas sem esforço, pois estão internamente memorizadas por eles. O mínimo erro ou desvio do que se espera para “a peça” gera consequências que forcem o indivíduo a seguirem com a encenação ou a serem punidos.

A consciência coletiva, é, portanto, o conjunto das crenças e dos sentimentos montados nessa grande peça de teatro que conhecemos por sociedade. Ela é formulada e construída a partir das relações formadas nos espaços sociais, constitui-se pela comunidade desses sentimentos e crenças, como um sistema de vida própria que existe de maneira independente aos indivíduos, à temporalidade, à geografia, e até mesmo à história, enlaçando consciências antigas às novas. Para Musse, em sua interpretação das teorias de Durkheim, expressa que: (2007, p. 31), “Ela forma o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, tal como os tipos individuais, ainda que de outra maneira. [...]”. Ou seja, tudo o que viermos a realizar (ou quase tudo) dentro do escopo social, será “controlado” por uma consciência que nos leva a agir, pensar, viver e se relacionar como nossos similares.

O tópico do crime quando se trata de discutir a teoria de Durkheim é justamente o que é a consciência coletiva gera: a solidariedade social. A solidariedade¹, por sua vez, é o vínculo que mantém a coesão e a unidade de uma sociedade específica. É a partir dela, ou de sua ruptura, que surge o crime. Dessa maneira, o crime se caracteriza como toda ação que gera uma punição ou sanção por parte da sociedade atingida por este, e que foge do abrigo em que a solidariedade social resguarda os indivíduos:

¹ As solidariedades sociais são divididas em duas, sendo uma a transição para a outra, são elas: mecânica e orgânica. A primeira se refere às sociedades consideradas por Durkheim como “primitivas”, em que os aspectos morais, religiosos e os interesses são inerentemente iguais a todos, sem uma grande elaboração do ‘eu’ enquanto agente na transformação social. Nela, as formas de viver, sentir e agir geravam uma coesão social firme e difícil de ser quebrada. Já a segunda, corresponde a uma sociedade considerada “moderna” em que a diversidade de crenças predomina e a realidade social se torna mais dividida entre seus componentes. Há nela uma complexa divisão do trabalho, em que a sociedade capitalista se sustenta. Por causa da predominância da individualidade, a coesão social já não se mantém a partir das crenças, mas sim das regras e códigos de conduta que controlam os indivíduos

A existência de atos universalmente reprovados pelos membros da sociedade, confirmada pelas sanções que penalizam o crime, indica a presença de um sistema determinado de crenças, valores e sentimentos que Durkheim denomina como “consciência coletiva ou comum” (MUSSE, 2007, p. 30)

O que temos, então, no entendimento da teoria de Durkheim é um grande entrelaçamento social que se interioriza nos indivíduos de forma que estruture uma sociedade baseada nessa comunidade e na solidariedade. O crime, portanto, surge do desvio de rota dessa teia. Ele é, justamente, aquele ato que vem a ofender a realidade posta pela consciência coletiva. Ou seja, a pena vem a ser a reação social ao que o crime provoca/provocou. Na compreensão direta dos escritos de Durkheim (1999, p. 52), o mesmo já relata que “Não se deve dizer que um ato ofende a consciência comum por ser criminoso, mas que é criminoso porque ofende a consciência comum. Não o reprovamos por ser um crime, é um crime porque reprovamos”

É por essa perspectiva que se pode se entender a sociedade e a sua capacidade de atribuir culpa e menosprezar indivíduos a partir das ações que realizam. Desde que esteja dentro dos padrões normativos, nada acontece com esse indivíduo, mas a partir do momento em que há uma ruptura com esse “normal”, e mais ainda com a moral comum, ele sofre represálias. Durkheim elabora essa ideia ao longo de sua obra *Da Divisão do Trabalho Social* (1999) e demonstra uma realidade em que a sociedade enquanto comunidade, é capaz de excluir indivíduos que não se encaixem nessa comunhão.

Por isso, a pena sofrida por aqueles que comentem atos repudiados pela sociedade seja crime, segundo a lei ou fora dela (como o adultério, por exemplo), não se mostra puramente para prevenir que esse ato volte a acontecer, mas sim para manter firme a coesão social. Não deixar que, por descuido de quem quer que seja, o indivíduo permaneça fora e contra a comunidade formada por seus similares. Ou seja, o medo não é a repetição do erro, mas sim a desordem que ele causa na solidariedade instituída. Os direitos repressivo e repressivo, surgem nessa perspectiva, e é neles que se repousa o entendimento de uma sociedade que pune para reunir-se em solidariedade novamente, além de firmar a força da consciência comum sob a individualidade.

O crime, com todas essas características tão particulares a si, é visto então pelo sociólogo como um fato social normal. Ou seja, por ser parte do fazer histórico-

social do homem desde seus primórdios, se torna um fenômeno indivisível nas relações humanas e na organização social fortalecendo-os em relação a coesão social, especialmente quando é controlado pelos direitos anteriormente mencionados. Mas, uma vez que se torna descontrolado e afeta diretamente a coesão social, ele é visto com um fato social anômico. Em resumo, há “normalidade” no crime desde que seja controlado e funcione em um caminhar similar ao da solidariedade social (mesmo que ainda lhe cause brandas rupturas). Uma vez que transforma essa sociedade de maneira que os indivíduos modifiquem sua forma de viver para adequar-se à realidade imposta pelo crime (como mulheres que não andam sozinha na rua a noite), ele se torna anômico, ou uma “doença” como bem observado por Durkheim.

Anômico, ou estado de anomia, é definido por Durkheim exatamente como apontado acima, está intrínseco na sociedade de maneira em que:

Para Durkheim, a anomia surge na sociedade quando ocorre um estado de desregramento e desorganização social, geralmente em crises de cunho econômico ou causadas por mudanças sociais e/ou ideológicas. Sendo um funcionalista, o conceito de anomia diz respeito aos fenômenos que estão fora da normalidade e da regularidade da vida social. (RIBEIRO, 2012, p. 9)

Observar a sociedade com as características apresentadas por Durkheim, é sem dúvidas, encontrar um grande impasse. Por um lado, a coesão social é benéfica para seus indivíduos, ela também os prende na teia das estruturas e das relações. O crime enquanto fato social anômico, rompe com essa perspectiva, movimentando não somente a realidade daquele que o comete, mas toda a sociedade que dele se originou. As reações a esse ato não serão, e talvez nunca sejam pensadas antes do ato acontecer como algo pré-determinado. O sentimento, o pensamento e o repúdio vêm justamente da centralidade da consciência comum de que o crime é ultraje, injusto, insustentável e assustador. Essas reações instantâneas, tais como a reação quase automática do nosso corpo ao assustar-se com algo, são montadas a partir de nossa socialização na medida em que crescemos em sociedade

É claramente a partir disso que se surge a segregação, de certa forma, de indivíduos que cometeram um crime. Por outro lado, há a necessidade de reintegrá-lo na solidariedade, permanece o sentimento de desconfiança, será que aquele indivíduo desviará novamente? Será que há de fato a segurança ao seu lado? Essa desconfiança ocorre porque os indivíduos são inseridos na sociedade de maneira única, então a moral e a disciplina em que são coagidos a obedecer, os força a

enxergar a realidade social de uma única maneira também. Por isso, uma vez que o crime rompe com a barreira do que é moral e disciplinado pela sociedade, gera comoção:

Os sentimentos coletivos a que corresponde o crime devem, pois, singularizar-se dos outros por alguma propriedade distintiva: devem ter uma certa intensidade média. Eles não são apenas gravados em todas as consciências: são fortemente gravados. Não são veleidades hesitantes e superficiais, mas emoções e tendências fortemente arraigadas em nós. (DURKHEIM, 1999, p. 47-48)

Desta maneira, o sentimento comum acerca do crime não advém apenas daqueles que são vitimizados por ele, mas também do agente criminoso que rompe com sua socialização e permite que aspectos individuais anômicos dominem sua realidade. São esses aspectos que levam esse agente a cometer o crime e ser punido por ele. Essa situação caracteriza-se justamente por essa ruptura com o estado natural de coesão, especialmente por relacionar-se com a crise econômica/social/ideológica que o teórico aponta.

Porém, o que se pretende definir neste ponto não é uma defesa ao ato criminoso, mas sim firmar a concepção de Durkheim de que esse fato social rege a sociedade tais quais as instituições, a religião, a família, entre outros. Não deve deixar-se entender que sem o crime a sociedade estaria melhor, pois assim como outros fatos sociais, a própria maneira de organizar-se em sociedade mesmo tendo as individualidades em constante conflito, origina atos criminosos (mesmo que não sejam legalmente punidos), pois mais uma vez, o que torna um ato criminoso é a sua capacidade de movimentar a sociedade.

A relevância de se estudar Durkheim mesmo a Sociologia do Crime/Desvio sendo já tão difundida nas Ciências Sociais é justamente pelo caráter essencial de sua teoria. Da centralidade que o mesmo relata sobre o fenômeno surgem diversas visões da realidade que retornam para o denominador comum do crime enquanto objeto sociológico que coordena a vida dos indivíduos, controla a maneira que a sociedade se movimenta e quebra estruturas de maneira que seus componentes vivam em estado de constante inquietação.

Por isso, ao unir o conceito de crime com sua importância na sociedade ao conceito de trabalho, que também lhe foi teorizado em seu entendimento sobre Solidariedade Orgânica, pode-se perceber o indivíduo tendo por obrigação que cumprir seu papel social para “fazer a roda girar” como falado popularmente. Ela

enquanto coordenadora de uma sociedade que se regula através de um “órgão central”², se organiza de maneira que ele dependa de suas outras partes na mesma medida em que essas partes dependam dele. É por sua vez, uma sociedade que, como mencionado anteriormente, não obtém sua coesão a partir dos valores comuns, mas sim pela divisão social do trabalho ou pela função desempenhada por cada indivíduo dentro de seu papel social.

Por isso, uma vez que o indivíduo comete um crime, é estigmatizado e retirado de sua própria realidade. Não é por acaso que as instituições corretivas/punitivas afastem os indivíduos desviantes do curso “normal” da sociedade. Desde usuários de drogas á assaltantes de banco, a sociedade exclui todo aquele que não participa do que a consciência comum considera enquanto parte da sociedade. A normalidade do cotidiano social não permite desvios, mesmo que ele seja indivisível de sua estrutura. Se torna indivisível pois a consciência individual permite brechas no controle dessa estrutura, mas não o suficiente para que os indivíduos a modifiquem.

Em acréscimo, o questionamento central que a teoria de Durkheim visa responder, em partes, nesse presente trabalho é o papel da solidariedade orgânica na exclusão desses indivíduos criminosos (ou mesmo aqueles que já estejam isentos de culpa, como o caso dos agentes observados na pesquisa), e em como essa exclusão, desde sempre, os impediu de seguir o papel social que deveriam seguir: pai, filho, membro religioso, cidadão, trabalhador, etc.

Ter o trabalho como um elemento central na vida dos indivíduos, assim como o crime, é colocar em uma balança dois fatos sociais que exercem controle sobre a vida das pessoas. Por outro lado, o crime representa um desvio das normas sociais estabelecidas e tem consequências negativas para a sociedade e para os indivíduos envolvidos. Por isso, por estarem em lados opostos, não podem ser considerados juntos. Não há, em nenhuma parte ou em qualquer discurso seja ele qual for, a defesa do crime enquanto participante da divisão do trabalho social, mas sim um dos causadores de sua desregulação

Por isso, associar a ressocialização de indivíduos considerados anômicos ao trabalho gera uma discussão que vai além das consequências do crime. Da mesma maneira em que a moral considerada “correta” parece ser aspecto indivisível em um indivíduo, há-se a compreensão de que a “errada” também se encontra interiormente

² Utilizando o entendimento de Durkheim da sociedade enquanto objeto social similar ao objeto natural

firmada naqueles que comentem um crime. Dessa forma, a visão social que existe acerca destes não se sustenta em seu papel antes do ato anômico, se sustenta através de desse ato em diante, impossibilitando qualquer reconciliação deste com a sociedade, a menos que se submeta fielmente a agressões, desconfiança, descredibilidade e afastamento.

O que se observa, a partir da sociedade idealizada por Durkheim, (e que se concretizará nas concepções de Agnes Heller e Erwin Goffman que precedem essa questão trabalhada) é uma dualidade que talvez não seja respondida, mas sim, sempre fruto de análises. Uma vez que a sociedade busca formas de se auto regular em sua coesão, e de organizar-se sempre em solidariedade sem que exista - ou ao menos exista controladamente – fatos sociais anômicos que firam essa estrutura de corpo bem definido, o que há em suas gênesis que ao mesmo tempo exclui e pune isoladamente os indivíduos que não se encaixem nesta?

A resposta está clara: tudo que não se pode controlar, tudo que não se pode inserir novamente nas normas sociais pela crise em que se encontra, se isola e se esconde. O afastar serve como um isolamento sanitário (utilizando-se da união entre método das ciências sociais e método das ciências da natureza como bem realizado por ele), para que outros não se contaminem se isola o hospedeiro. Para que a sociedade não adoça com o crime, isola-se seus causadores, e quando estes se regulam segundo as normas sociais podem ser considerados parte da coesão social. Porém, ao mínimo deslize, por menor que seja, seu estado de isolamento retorna e ele deve reconstruir seu espaço de indivíduo ativo em seu papel social.

2.1 AGNES HELLER, O HOMEM GENÉRICO E O SENTIDO DO TRABALHO

Dialogar com Heller (2016) é, de qualquer forma, muito diferente do que propõe Durkheim. Tratar com a confiança de que os indivíduos que são agentes de sua própria história, mas mais importante ainda, de seu cotidiano que gera essa historicidade. Ao observar as relações humanas e suas significações, ela considera o cotidiano um objeto sociológico com grandes potenciais, pois é nele que se efetivam a maneira de viver, ver, pensar e construir o mundo ao redor dos indivíduos.

Sua análise marxista da sociedade, constrói a imagem de um indivíduo que tem uma essência construída a partir do cotidiano. Heller observa que os componentes que integram essa essência, são: o trabalho, a socialidade, a universalidade, a

consciência e a liberdade. A importância desses componentes, é que fornecem base para que o valor (principalmente moralista dos indivíduos) se construa. Ou seja, os valores que os influenciam, positiva ou negativamente, tem uma característica ontológica-social que para Heller (2016, p. 9) “[...] é independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais.”

A construção desses valores perpassa o crescimento de uma sociedade em progressão histórica constante. São eles que vão moldar a percepção acerca da realidade, e assim como exposto por Heller, são eles que vão dar base para que o cotidiano dos indivíduos se firme e continue com a constância histórica.

Dessa forma, Heller identifica o cotidiano como o espaço na sociabilidade do homem que o permite ser inteiro. É nesse que o indivíduo deposita todo o seu ser social, com toda a sua individualidade e essência. Funcionam para a manutenção desse cotidiano tudo que há de emocional, racional, intelectual, material e imaterial do que o forma. Ela alega ainda, que pelo indivíduo se inserir de maneira tão intensa no cotidiano, não pode, nem poderia depositar nele a inteira capacidade do seu ser. Ou seja, o homem teorizado por Heller, vê ele já inserido na vida cotidiana sem escapatória ou exceções. Dito isso, ninguém consegue se desvencilhar da sociedade assim como dedicar-se inteiramente a ela.

Porém, deve-se entender sempre que o cotidiano referido por Heller não é aquele firmado nas obrigações diárias que são particulares a cada um de nós, mas sim na maneira de viver e pensar em uma sociedade. Para acréscimo dessa informação, tem-se o que se pode chamar de dualidade da vida cotidiana: um lado heterogêneo, que para ela corresponde ao conteúdo e à significação das nossas variadas atividades (o que de individual há no cotidiano), e um lado homogêneo que corresponde: “[...] a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 2016, p. 16).

Porém o que será foco nesta seguinte discussão teórica de Heller é o seu conceito de indivíduo que se divide em “homem singular” e “homem genérico”. Em seus estudos sobre o cotidiano, e observando as significâncias dele para cada um dos componentes da sociedade, pôde encontrar características gerais da socialização e das relações humanas, assim como várias particularidades também. As ações realizadas no cotidiano, são fundamentas na espontaneidade da rotina que é

estabelecida entre os indivíduos, e é nela que mora o preconceito, a moral, os modos de ser, etc.

Uma das partes importantes da teoria de Heller é a definição de uma dessas divisões, especialmente agora no que ela chama de homem singular. Ele é caracterizado pela singularidade de cada indivíduo, sendo as necessidades e as realizações de cada ser que o fazem único. São as necessidades individuais e a forma como são expressas e satisfeitas que nos tornam seres únicos. Dessa forma, o Eu se torna uma parte de cada indivíduo que não se encontra em nenhum outro. Porém, há em cada homem o que Heller chama de genérico, que são aspectos gerais pertencentes a todos os homens, como a **categoria do trabalho** e o sentir que é derivado das emoções e sentimentos.

Quando se traz para a reflexão posta neste presente trabalho, sobre a realidade de ex-presidiários que ao sair do sistema penitenciário, buscam retornar ao mercado de trabalho, nos deparamos com uma barreira com o que a sociedade por si só exprime: a moralidade do trabalho principalmente enquanto característica inerente e genérica do homem. Ou seja, o que Heller tenta exprimir em seu conceito de trabalho vem da primeira concepção marxista de que ele é a forma essencial da constituição do homem. É por meio desse trabalho que o indivíduo se permite ser, e se insere na sociedade, sendo ele fenômeno indivisível de sua própria existência.

Em maiores reflexões, o ser genérico é aquele que foi moldado pela sociedade. Essa “genericidade” do homem surge a partir do momento em que se socializa e adquire todas as representações e modos de viver. Ou seja:

Enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (HELLER, 2016, p. 18)

Heller teoriza uma sociedade que coage os indivíduos a agirem de maneira semelhante, mas diferentemente de seu antecessor, ela não dedica inteiramente às estruturas a responsabilidade da construção da realidade, mas também das ações individuais realizadas em união com as ações movidas pela genericidade do homem. Por isso, ela se fixa na conexão entre esses dois modelos de humano, que agem inconscientemente nas ações destes.

Dessa forma, ao submeter ao homem genérico uma característica que é inerente aos indivíduos e que está presente desde sua primeira socialização, Heller nos traz a **categoria do trabalho** enquanto essencial na construção desse homem genérico, e teorizando ela como sendo uma das únicas que torna essa genericidade viva. Ou seja, assim como seu predecessor, ela obtém o trabalho em sua totalidade como aspecto essencial, intransponível e inerente aos seres, aspecto principal da formação do homem enquanto homem.

O trabalho, então, é uma categoria clássica da Sociologia que tem sido um dos tópicos mais debatidos nas Ciências, especialmente por sua característica de essencialidade na sociedade. Não há registro histórico que não coloque o trabalho como central para a construção de todas as sociedades, sejam elas complexas ou não, o trabalho sempre esteve presente na realidade social e sempre estará. É por meio dele que os indivíduos se expressam, constroem e reinventam sua própria realidade. Ele é a forma essencial para a constituição moral do homem, é o que o distingue do seu lado animalesco. Por isso, a atividade laboral não é exclusivamente aquela que gera valores, mas também aquela que pode gerar reflexões e uma maior proximidade do indivíduo com o seu Eu.

Por isso, ao comparar o cotidiano de Heller com o seu conceito de trabalho, obtém-se duas variáveis trabalhadas por ela: os conceitos de *labour* e *work*. Para ela, o Work (HELLER, 1987, p. 120) é todo o trabalho ou ação de um indivíduo que gera valor de troca. Ou seja, tudo aquilo que o ser produz e que dedica a venda da sua força de trabalho, gera esse valor que se baseia não na qualidade, mas na quantidade de trabalho nela imposta. Por isso, acaba representando a quantidade de trabalho necessária para produzir algo. Dessa forma, fazendo com que quanto maior a quantidade de trabalho necessário para essa produção, maior será o valor; e quanto menor o trabalho necessário para ela, menor será o valor.

O conceito de Labour³ (HELLER, 1987, p. 122) advém do processo de atividade trabalhista que não gera valor de troca. Ou seja, é um conceito que corresponde a todas as atividades que não possuem um caráter necessariamente financeiro, mas sim, de edificação do próprio homem. Talvez seja o conceito que mais aproxima o indivíduo de seu Eu, enquanto o trabalho como Work o aproxima de seu aspecto

³ HELLER, Agnes. De la cotidianidad a la genericidad. In: HELLER, Agnes. **La Sociologia de la vida cotidiana**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1987. cap. II, p. 119-132.

genérico. Um exemplo de trabalho enquanto Labour é a leitura de um livro, ou a produção manual de um vaso de cerâmica para a decoração de um ambiente. São todas ações que, mesmo que sejam executadas no escopo de uma atividade laboral, não são consideradas como passíveis de valor (nem de troca, nem de uso, mesmo que o uso ainda se encaixe no pessoal daquele que produziu, em alguns casos).

Por isso, para Heller, o trabalho seja como Work ou Labour, é fundamental na sociedade de maneira em que os indivíduos não escapem dela. Muito similar com o que Durkheim aponta de que a sociedade ela se constrói a partir da Divisão Social do Trabalho. Se para Durkheim já havia a concepção desse trabalho sendo constituinte de moralidade e papel social para os indivíduos, marcando-os em locais específicos da sociedade em que dependiam dessa divisão e da força das regras/leis sociais. Já Heller tem-se a concepção de um trabalho que aproxima o indivíduo da generalidade.

A relação harmônica entre a singularidade e a genericidade dos indivíduos depende também de sua posição acerca do trabalho. Aquele que o produz de acordo com o Labour, acaba por desenvolver uma maior proximidade com o seu Eu, entender-se enquanto agente direto de seu cotidiano e de sua história, mas ainda assim, fixo no pertencimento a essa sociedade e na necessidade de segui-la, por isso permanece na teia da espontaneidade das relações e ações executadas no cotidiano de sua realidade.

Aquele que o produz de acordo com o Work possui a sua realidade voltada para o desenvolvimento do seu lado genérico, torna-se parte da produção de uma rede de valores que o insere na sociedade tal qual seus semelhantes. Se esta corresponde a uma inclusão social de outros membros, significa que nela estará apoiada a consciência total do que o indivíduo realiza, afastado dessa espontaneidade que assola o Eu.

[...] Significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção *sobre uma única questão* e “suspenderemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa *inteira individualidade humana* na resolução dessa tarefa. Utilizemos outra expressão de Lukács: transformamo-nos assim em um “homem inteiramente” [*Menschen ganz*]. E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos (HELLER, 2016, p. 22)

Isto não significa por sua vez que os indivíduos abandonarão totalmente seu lado singular, pelo contrário, haverá neste indivíduo sempre a chama acesa de sua individualidade. Mas o que permanecerá em seu âmago, será a característica genérica que o permitirá, segundo Heller, ser livre.

Porém na sociedade, existe uma necessidade de transformar o ambiente em que vive por meio do trabalho. Os ex-presidiários são escanteados e marginalizados, não encontram caminho fértil para a construção de sua própria moral do trabalho. Uma tarefa que, assim como posto por Heller deve ser inerente ao homem, se torna para essa categoria um esforço além do que conseguem para reafirmar a importância do ato de fé que os sustente longe do sistema.

Mesmo observando a realidade do trabalho nesses dois parâmetros de *work* e *labour*, observa-se que na sociedade há uma super valorização do que se chama erroneamente de “trabalho produtivo”⁴, que é justamente o *work* que gera valor de troca. O que se refere na sociedade sobre moral do trabalho corresponde a este tipo de produção, ou seja, aquele que não está inserido por motivos múltiplos no mercado de trabalho, acaba sendo amoralizado pela sociedade. O que se observa é justamente essa ação contra ex-presidiários, pois se há uma necessidade de conectar-se ao mundo do trabalho para manter sua moral e sua dignidade perante seus similares, isso não lhes é permitido.

Enquanto *labour*, este originalmente já não é bem quista na sociedade, uma vez que não reflete o senso comum de que é apenas pela venda da força de trabalho que se conquistam grandes feitos. Por isso, a produção de trabalho intelectual, como ler um livro ou pintar um quadro, se torna na visão geral de uma sociedade mais como uma atividade “extra” ou como bem conhecidas pela nomenclatura de “hobby”. Por isso, uma vez que se está em momentos de criação por meio de *labour*, é comum ocorrer a dissociação em que o indivíduo se culpa por estar produzindo algo que não vai gerar lucros. Essa culpa é gerada pois historicamente o corpo humano sempre foi dedicado e moldado para trabalhar, dito isso, trabalho físico e mental completamente transformado em *work*.

É por isto que, mesmo com a visão de que “o homem não poderá viver sem trabalho” (HELLER, 1987, p. 121) há exceções. Uma vez que esse trabalho é

⁴ “... trabalhador produtivo é aquele cujo trabalho *produz mercadorias*; e mais precisamente, esse trabalhador não consome mais mercadorias do que produz, do que custa seu trabalho.” (MARX, 1980, p. 143, grifos originais)

construído a partir da vulnerabilidade e da entrega dos indivíduos dentro do seu eu genérico, o que de comum se encontra é a renúncia a qualquer agente causador de caos e que desorganize o que para eles é ordinário, ou cotidiano. Dessa forma, inserir no *work* algo ou alguém que modifique mesmo que de forma indireta a organização desse processo, gera repúdio. Uma vez que são estes indivíduos moralmente movidos pelo trabalho, há um antagonismo que demonstra que: ao mesmo tempo que o trabalho moraliza os indivíduos, ele também dá base para que seu cotidiano se sustente.

Desta forma, o que se observa na realidade de ex-presidiários é uma desvalorização do seu *work*, oriunda da falta de fé para com eles (que gera o preconceito contra esses indivíduos, como bem elaborado por Heller), os afasta das relações produtivas e os insere em um contexto de retorno à marginalidade, empreendedorismo ou trabalho precário. E também, se observa o seu *labour* quase como um luxo, ou algo que o pertence para “purificar” sua identidade que foi manchada pela criminalidade. Ou seja, em todo o espaço de realização produtiva, há exclusão e segregação para estas pessoas.

Por isso, a elaboração do conceito de homem genérico e o retorno/elevação desse indivíduo a essa categoria, se faz notável uma barreira desse processo. Uma vez que o ser genérico se forma a partir do trabalho e o ser singular se forma a partir de suas individualidades, há exclusão e segregação dessa classe em ambos os estados que Heller instituiu. Essa percepção de que o encontro do homem com seu ser genérico, sendo aspecto essencial do rompimento com a cotidianidade, e por fim uma elevação humana em seu último nível, demonstra uma necessidade ímpar de se relacionar e exercer os papéis sociais dentro do escopo do mundo do trabalho.

Neste sentido, na constituição de um ser social detentor de cotidiano ao se reinserir na sociedade, o ex-presidiário se depara com uma realidade na qual ele deve encontrar-se com seu “eu genérico”, mesmo que esse encontro seja constantemente barrado pelo preconceito existente. Sendo, portanto, o cotidiano uma característica inerente da existência do homem, suas relações e significação dentro dessa realidade irão se pautar na sua individualidade tal como seu genérico.

Dito isso, obtém-se uma grande falha na constituição da genericidade desses indivíduos, que, como Durkheim apontou, são coagidos a se encaixarem na "normalidade social" apresentada por Heller como o cotidiano desses seres. Diante dessa problemática, questiona-se em quais espaços se incluem os homens que são

excluídos do processo de cotidianidade, que são erradicados da coesão social e não se incluem na formação, nem do ideal de trabalho enquanto moral nem da genericidade enquanto aspecto essencial.

Porém, é importante enfatizar que, mesmo estando fora do escopo da normalidade do cotidiano e a criminalidade/crime sendo justamente o fenômeno que se sobressai, o indivíduo que “não se encaixa” não está de todo imune aos poderes coercitivos da visão geral de uma sociedade movida pelo trabalho. Sua mentalidade ainda é construída nessa ideia mesmo que não a execute, mesmo que o seu eu genérico esteja em falha, mesmo que sua individualidade sobressaia e que o bem comum se torne meramente externo a ele. Não há como separar indivíduo social do ideal de trabalho, se torna parte dele no momento em que chora ao saber que será acalentado e engatinha para buscar brinquedo, ou até mesmo quando aprende a ler e a escrever o próprio nome, e até mais tardiamente quando em sua maior idade necessita ingressar no mundo do trabalho para sobreviver. Informal, formal ou nenhuma das opções, o trabalho é e sempre será categoria presente em cada ação e pensamento do homem, mesmo que em sua cotidianidade a sociedade não o considere como agente desse fenômeno.

Para finalizar, as palavras de Heller (2016, p. 14) se tornam essenciais para entender que:

As escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. *Mas os homens jamais escolhem valores*, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre ideias *concretas*, finalidades *concretas*, alternativas *concretas*. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem do mundo. E reciprocamente: sua atitude valorativa se fortalece no decorrer dos concretos atos de escolha.

Se torna, por fim, uma tarefa social de que a elevação por meio do trabalho ao homem genérico ocorra, não por meio de coação nem por meio de força, mas sim da instituição geral de uma percepção acerca das individualidades também. É de fato, sobre entender que elas contribuem com a história do homem e formam o que se conhece por cotidiano também, mesmo que não estejam ali depositadas todas as suas capacidades, mas que elas também se sobressaiam em meio a sua genericidade.

2.2 ERWIN GOFFMAN E A IDENTIDADE ESTIGMATIZADA

Deve-se debater a importância e a relevância dos estudos acerca dos estigmas para Goffman (2022). Uma vez que a sociedade se fundamenta nas relações e percepções acerca do Outro, propor uma sociedade que classifica os indivíduos de acordo com suas características, ações, fenótipos e etc., é fundamental para compreensão da sociedade de Goffman, que percebe as diferenças e por muitas vezes segrega os indivíduos a partir delas.

Goffman (2022) apresenta a sociedade, que historicamente, sempre segregou os indivíduos a partir de suas diferenças. É possível visualizar e analisar em todos os contextos históricos, nos quais o estigma impactou as sociedades. Exemplo desde a Inquisição com a perseguição e o assassinato de pagãos nos séculos XI e XV, até mesmo o extermínio de judeus na Alemanha Nazista no século XX. Mas, de todo modo, esses dois exemplos são representativos para que se entenda que desde que o homem se agrupou a outros homens, segregar e diferenciar os diferentes dos semelhantes sempre foi uma realidade. Porém, o que Goffman nos traz é uma perspectiva mais particular e subjetiva do estigma e das suas consequências, pois busca observar as singularidades do cotidiano dos indivíduos estigmatizados, tais como suas relações e seus comportamentos em face do estigma sofrido.

De início, Goffman (2022) deixa claro que a sociedade categoriza e define o que é comum e natural em cada categoria existente, ou seja, o que é natural no comportamento de mulheres religiosas ou de professores em ofício. Essa ação é comum para enquadrar cada pessoa em sua respectiva categoria. Ele também define o que ele chama de ambientes sociais, que são locais que definem qual tipo de categoria se encaixam nele, ou seja, no exemplo anteriormente dado os indivíduos mulheres religiosas e professores em ofício só seriam respectivamente aceitos em sua totalidade na igreja e na escola.

Dito isso, em todos os ambientes que os indivíduos frequentam, eles se deparam com pessoas semelhantes e diferentes, que podem ou não se encaixar no ambiente social ao qual estão inseridos. Ao encontra-se com esse desconhecido, é comum formular o que Goffman (2022) chama de "*Identidade Social Virtual*" que é baseada na percepção inicial que se desenvolve no primeiro contato com a pessoa desconhecida. Por sua vez a "*Identidade Social Real*" refere-se aos atributos e características que o indivíduo realmente possui, que podem ou não ser aparentes superficialmente durante o contato com outras pessoas. Essas duas identidades são fundamentais na construção da imagem do indivíduo na sociedade.

O que se propõe aqui é investigar como se formulam as identidades sociais e como elas refletem os ambientes, os jeitos e trejeitos, os pensamentos e até mesmo os símbolos que carregam os indivíduos carregam. Ou seja, se os indivíduos são todos moldados nessas identidades, há espaços em que elas não são aceitas ou consideradas normais. Desde que é a sociedade quem categoriza essa normalidade e esses espaços que selecionam o que é de fato aceito, o que ocorre com os indivíduos que não estão de acordo com essas duas questões são os chamados indivíduos estigmatizados. Como tratado diretamente por Goffman, a característica que torna o indivíduo “fora do esperado” é justamente o que o torna menosprezado e escanteado. Para ele:

Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 2022, p. 12)

Dito isso, assim como os autores mencionados nas seções anteriores, a sociedade tem papel essencial em definir o que se mostra como certo e errado nos indivíduos, desde aspectos morais até punições, penais ou não. Por isso, o estigma se formula na relação entre atributos e estereótipos dos indivíduos, sustentados veementemente pela percepção de outrem. Porém, é importante relatar que um estereótipo pode ser geral assim como pode ser específico, de maneira que cada sociedade e cada ambiente social possuam suas próprias categorizações. Mas, existem os que são comuns a todas as sociedades e um deles é o estigma contra ex-presidiários.

Para Goffman (2022), existem três tipos de estigmas: o primeiro deles se refere às “abominações do corpo”, ou seja, as deficiências físicas visíveis; o segundo se refere às “culpas de caráter individual” que são relacionadas às ações maléficas ou moralmente recriminadas; o terceiro e último tipo se refere aos estigmas “tribais de raça, nação e religião” que são relacionadas aos indivíduos fora do padrão social.

Essa tipificação serve para facilitar e classificar quais indivíduos são mais propensos ao alvo da estigmatização, uma vez que carregam dentro ou fora de si características que os tornam incomuns. Vale ressaltar que essa percepção pode ocorrer dentro deles mesmos, uma vez que como o próprio Durkheim já apontou, a sociedade ensina tudo o que é moralmente correto e isto se torna inerente a todo e qualquer indivíduo. Então o que se propõe aqui é o entendimento de que até a pessoa

que está fazendo algo errado ou imoral tem o conhecimento de sua identidade estigmatizada e em muitas ocasiões concorda com ela. Um exemplo disso são as pessoas com deficiência físico-motora que se esconde para não mostrar a sua “fraqueza”.

Neste caso, o processo de estigmatização modifica não apenas a percepção que estes indivíduos possuem de si mesmos, mas também acerca do mundo a sua volta e das relações que vem a estabelecer, uma vez que se torna descredibilizado na sociedade, é comum que os sentimentos em relação ao outro seja de desconforto, insegurança e até mesmo raiva. Há uma variedade de modos pelos quais os indivíduos estigmatizados podem ser socializados a partir desse denominador incomum:

A primeira delas refere-se aos indivíduos com estigma congênito que desde sua primeira socialização aprenderam a se encaixarem no “normal” e o considerar o correto. Um exemplo são as pessoas negras que são socializadas em uma sociedade baseada na hiper valorização da branquitude e do racismo. Essas pessoas são ensinadas a odiarem sua própria cultura, ocorrendo um processo de “embranquecimento” que apaga as raízes desse indivíduo (MUNANGA, 1999, p. 25), porém, isso não apaga o seu estigma por mais que esse processo esteja internalizado nele.

O segundo refere-se ao que Goffman (2022) chama de “estigmatizado protegido” e se firma também no estigma congênito, porém no contexto de uma rede de apoio que isola esse indivíduo do preconceito contra ele. A problemática dessa socialização se firma na medida em que essa proteção se encerra e o estigmatizado passa a ter contato diretamente com o preconceito e sofrer com ele. O exemplo que se pode fornecer são pessoas com deficiência auditiva que conviveu sempre com familiares em comunicação por meio de sinais, e no primeiro momento que precisa lidar com um ambiente para pessoas típicas não consegue se comunicar.

O terceiro refere-se a pessoas “normais” que se tornam estigmatizadas por algum motivo e passam a lidar com as consequências desse preconceito. Um exemplo são pessoas que sofrem um acidente que os imobiliza motoramente e os coloca em uma situação de deficiência. Uma vez que essas pessoas viveram parte de sua vida aprendendo sobre o estigma, ele torna-se alvo deste e passa a lidar com este tendo a consciência de suas dificuldades e de seu papel anterior nessa propagação.

O quarto e último refere-se ao recém estigmatizado que adquire dificuldades em se relacionar com as pessoas do passado e com sua própria estigmatização. O exemplo mais claro dessa socialização são as pessoas ex-presidiárias, que modificam sua vida a partir do crime e seu isolamento, torna-se um indivíduo diferente e ao sair do sistema já não se reconhece como a pessoa que anteriormente foi, assim como suas relações anteriores se tornam veementemente abaladas pela nova condição de estigma.

Estes modelos de socialização mencionados servem para percebermos como há variedades de relações e reações a um estigma. Uma vez que ele se forma de maneira variada e múltipla, a socialização também se torna particular a cada indivíduo e do processo que o levou até esse estigma.

Quando Goffman (2022) traz esse indivíduo que se porta na sociedade tal como ela lhe taxa ou como quer que ele seja, ele fala sobre a violência que sofrem esses corpos para se adequarem ao que a sociedade considera como normal. Isso se assemelha ao que Durkheim trouxe em relação à solidariedade mecânica e orgânica, e por fim, a coesão social. Tudo aquilo que foge do que mantém a ordem ou, para Goffman, a normalidade da sociedade, é estigmatizado ou forçado a retornar ao seu estado natural.

Por isto, deve-se entender como objeto central desse estigma as identidades sociais formuladas acerca dos indivíduos. O que é muito comum falar-se na Sociologia e nas demais ciências humanas, é o conceito de “leitura social” que se adequa ao que Goffman traz sobre a percepção do outro acerca de um indivíduo estigmatizado. Corpos que são vítimas desse estigma são diretamente influenciados pelo contexto em que vivem, e se tornam mercê dele.

Não se pode esquecer que, mesmo o estigma sempre existindo, as consequências dele para cada indivíduo alvo dele é de isolamento, doenças psicológicas, marginalização, apagamento e até mesmo enquadramento desse indivíduo aquilo que ele não é. Ou seja, as relações firmadas por ele serão sempre baseadas no medo e na insegurança dos contatos que vêm a estabelecer, especialmente se este for com “um normal”:

A simples previsão de tais contatos pode, é claro, levar os normais e os estigmatizados a esquematizar a vida de forma a evita-los. Presumivelmente, isso terá maiores consequências para os estigmatizados, à medida que uma esquematização

maior de sua parte será sempre necessária. (GOFFMAN, 2022, p. 22)

Portanto, a realidade que são inseridos os indivíduos estigmatizados provoca reflexões acerca das condições em que estes se inserem para amenizar as consequências do estigma. São situações que os inserem em um não pertencimento da sociedade em sua totalidade, mas sim, em uma realidade sustentada no preconceito e na segregação. Dessa forma, os ex-presidiários são diretamente afetados não somente pelo isolamento em suas penas, mas também aquele causado pela sociedade uma que vez que saem do sistema penitenciário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa sociológica unida ao método de história de vida revisita na discussão da realidade social do indivíduo pesquisado o que de profundo existe na significação de sua vida e dos aspectos que a compõe. Uma vez que firma na narrativa da experiência e análise do ator social, torna-se importante para identificar os detalhes do discurso deste e transforma-los em solo fértil para a pesquisa sociológica.

Portanto, a pesquisa realizada buscou respeitar e conhecer os atores sociais de maneira que seu discurso tenha espaço na análise. Ou seja, tudo que foi transmitido, até detalhes⁵ foram considerados como parte importante para a composição da análise dos resultados.

Os ex-presidiários fazem parte de uma porção da sociedade difícil de ser pesquisado, especialmente por fatores individuais destes que pelo estigma sofrido acabam sendo marginalizados ou se afastando das relações sociais e do mercado de trabalho formal. Portanto, investigar as experiências cotidianas no reingresso no trabalho destes indivíduos é considerar as particularidades que fundamentam essa realidade, uma vez que para Goffman (2022):

O que pode ser dito sobre a identidade social de um indivíduo e sua rotina diária e por todas as pessoas que ele encontra nela será de grande importância para ele. (Idem, 2022, p. 103)

Nesta passagem, o teórico constrói o entendimento de que as identidades dos indivíduos se formam em sociedade e a maneira com a qual ele vive a partir delas define todo o seu cotidiano. Portanto, considerar este espaço como importante na maneira que estes indivíduos dão significado as suas vidas é trabalhar com um método que respeite esses significados.

A coleta dos dados se deu por meio de entrevista semiestruturada⁶, com um total de 12 perguntas. Os agentes foram encontrados por meio da técnica de *snowball* que corresponde a uma técnica para pesquisas qualitativas que busca alcançar grupos pouco conhecidos ou de difícil acesso. Portanto, consiste em uma técnica que

⁵ Como por exemplo, aspectos de expressão corporal, discurso, contatos anteriores à entrevista e também a forma de responder as perguntas foram considerados importantes para a interpretação de seus posicionamentos.

⁶ Em Minayo (2009, p.64-66) a “entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”

depende de alguém que inicialmente indique um agente participante e a partir deste receba mais indicações:

Para a realização de uma amostragem em bola de neve é necessário que haja um intermediário inicial, também denominado de semente, que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada. A semente pode, inclusive, ser um dos participantes. As pessoas indicadas são então solicitadas a indicarem mais pessoas. Dessa forma, a amostra, que antes era difícil de ser calculada probabilisticamente ou até mesmo de difícil acesso, expande-se, na maioria das vezes, satisfatoriamente. (BOCKORNI & GOMES, 2021, p. 108)

Deste modo, a técnica se deu a partir da indicação de várias pessoas próximas que indicaram outras que conheciam e que poderiam participar da pesquisa. O contato com elas se deu de maneira totalmente virtual na medida em que era mais ágil e eficiente no que diz respeito à essa técnica.

No total, foram indicados 8 homens ex-presidiários para participarem da entrevista, porém por se tratar de um grupo que possui estigma e também as experiências vividas dentro do sistema penitenciário, mesmo que as perguntas não fossem de todo relacionadas ao que aconteceu dentro do sistema, apenas 4 se disponibilizou para a entrevista. Mesmo que o número de entrevistados tenha sofrido uma redução pela metade, ainda assim, por ser uma experiência tão particular e densa, gerou ainda reflexões extremamente importantes para repensar a representação desses indivíduos na sociedade.

As entrevistas ocorreram no período de uma semana do mês de outubro em que se marcou um encontro virtual, ligação pelo WhatsApp, dependendo da disponibilidade dos pesquisados. As entrevistas duraram em média 10 a 15 minutos, com exceção da entrevista três (3) que durou cerca de 30 min.

De início, estabeleceu-se um contato via mensagem com os entrevistados para que pudessem se sentir seguros acerca do que seria perguntado e também para assegurar que não seriam identificados, uma vez que tinham receio⁷ das represálias que poderiam vir a sofrer. Portanto, todas as entrevistas foram guiadas sem identificação de nome pessoal, apenas com a identificação de Entrevistado 1 a 4, que serão nomeados pela abreviação “Ent.” para fins de melhor compreensão na diferenciação destes.

⁷ Isso acontece por conta do estigma constantemente sofrido pelos indivíduos, pois mesmo que sua identidade deteriorada não seja visível fisicamente, uma vez que se toma conhecimento dela se torna o alvo e foco principal na realidade destes indivíduos. (Goffman, 2022, p. 19)

Em teoria, a ressocialização deve trazer para a sociedade o ex-presidiário de maneira mais justa possível, e que este consiga se posicionar nela como um cidadão que possui direitos e deveres em comum a todos. A Lei nº 7.210/84 nomeada de “Lei de Execução Penal” prevê, já em seu Art. 1º, que “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.”. Ou seja, essa lei de 1984 já estabelecia a ressocialização de presos na sociedade, destaca-se, de maneira harmônica.

Apesar de ser considerada uma das leis mais modernas do mundo, por considerar a dignidade do preso em sua formulação, esta não é aplicada da forma que deveria. Portanto, falar de ressocialização com este grupo se torna um tópico delicado uma vez que estes não passam por um processo seguro e justo de reingresso a sociedade.

Em acréscimo a isto, é possível identificar a sociedade como propagadora desse estigma para com grupos específicos. Portanto, a pesquisa fundamentada em entender as experiências dos ex-presidiários no mercado de trabalho só pode se apoiar em seus discursos e na sua autoanálise de seu cotidiano.

A primeira e a segunda pergunta referiam-se a identificação racial e de idade⁸, no qual obteve-se que dois dos entrevistados possuem mais de 20 anos, enquanto os outros dois possui mais de 30 anos. Em relação a etnia que se identificam, três responderam que se identificam como pardo na medida em que apenas um se identifica como branco.

A terceira pergunta adentra na problemática que a pesquisa deseja alcançar. Ao serem perguntados se possuíam no momento atual da entrevista alguma profissão, apenas três responderam que sim, no passo em que o Ent. 3 alegou não estar trabalhando no momento⁹. Observou-se que todos os que responderam positivamente possuem um trabalho informal. O Ent. 1 informou que trabalha como mecânico de moto, o Ent. 2 informou que é ‘motoboy’ e é tatuador nos horários vagos e o Ent. 4 informou que é motorista carreteiro.

⁸ Por conta do perfil delicado dos atores, optou-se por não realizar encontros face a face, para proteger a integridade e o sigilo da identidade dos mesmos.

⁹ No momento da entrevista percebeu-se que o Ent. não se abriu para melhores explicações sobre suas condições de sobrevivência, o que foi imediatamente respeitado e compreendido dado a delicadeza da temática.

A quarta pergunta correspondia a mesma linha de pensamento da anterior, mas nesta questionando acerca das experiências anteriores no mercado de trabalho. O Ent. 1 alegou ter tido experiência na mesma área que já trabalha de mecânica de carro e moto, mas também como eletricitista predial, residencial e eletrônica. Alertou que mesmo antes de adentrar o sistema, já possuía sua própria mecânica e sempre foi ativo no mercado de trabalho, mesmo que nunca tenha trabalhado de carteira assinada. O Ent. 2 informou que tem apenas experiência na área de marcenaria, mas não detalhou as experiências vividas no meio. Já o Ent. 3 foi o único que teve experiência no mercado formal, trabalhando como vendedor em um shopping, mas alegou também ter várias outras experiências informais. O Ent. 4 abordou sobre sua experiência como operador de máquinas e também na área de radiologia, porém informou que o que gosta de trabalhar é a sua atual profissão de motorista de carreta.

Estas duas perguntas serviram de base para entender o passado e o presente da realidade no mercado de trabalho dos ex-presidiários, para exemplificar o fato de que mesmo tendo experiências anteriores ao seu ingresso no sistema penitenciário, e também mesmo tendo conhecimentos diversos sobre áreas de trabalho, a informalidade é a saída encontrada para que não se recaia novamente no sistema, uma vez que:

É por meio do trabalho que um indivíduo se sente parte integrante de uma determinada sociedade, detentor de direitos e deveres, e sujeito aos ônus e bônus advindos da lei. O direito a um trabalho íntegro, vai muito mais além do que a sua liberdade e intangibilidade física e psíquica, pois envolve também as conquistas e afirmações do indivíduo no meio econômico e social. (ARDNT & LANGE JUNIOR, 2020, p. 104)

Portanto, para estes indivíduos, o trabalho não se torna apenas um escape do reingresso ao sistema penitenciário, mas também uma maneira de resgatar a sociabilidade e o cotidiano quebrado pelo isolamento na pena. Ou seja, é o reencontro com a identidade anterior à detenção, o resgate de uma característica apagada no processo de cumprimento da pena.

As perguntas seguintes referem-se ao tempo que estes saíram do sistema tanto quanto o tempo que estiveram retidos. Obteve-se que o maior tempo desde a saída foi o do Ent. 1 que já está fora do sistema há 4 anos e meio, na medida em que o Ent. 3 e 4 estão fora do sistema à, respectivamente, 2 e 1 ano. O Ent. 2 por sua vez alegou estar fora do sistema a três anos. Em relação ao tempo cumprido na detenção, houve

uma variação no que corresponde ao tempo e a maneira que cumpriram suas penas, portanto ocorrerá um maior detalhamento dessa sessão.

O Ent. 1 informou que cumpriu 4 anos e 2 meses no regime fechado¹⁰ e 2 anos e 2 meses no semiaberto, contabilizando ao todo, 6 anos e 4 meses em processo de detenção, mesmo que tenha sido alterada posteriormente e tenha ficado mais “livre” no regime posterior. Já o Ent. 2 informou que obteve mais de uma detenção, escolheu falar apenas da sua última da qual se recordava melhor e informou que nesta não respondeu judicialmente com pena definida, mas sim com prestação de serviços. Porém, alegou que até receber a sentença, aguardou no regime fechado. O mesmo não quis identificar quanto tempo ficou detido até receber sua sentença, mas informou que já havia passado um tempo considerável antes dessa última detenção. O Ent. 4, assim como o seu anterior, não entrou em detalhes acerca de sua detenção, mas informou que passou cerca de 4 anos e alguns meses detido em uma penitenciária fora do estado. Sobre o Ent. 3, o mesmo informou que:

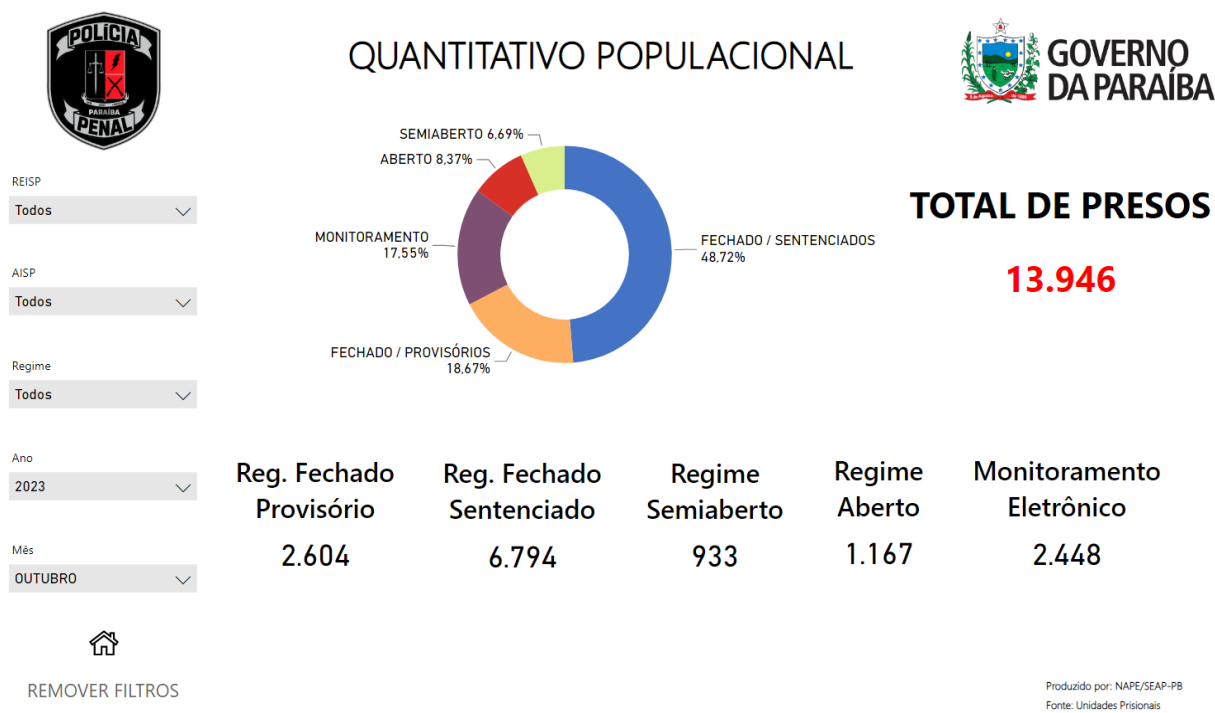
Não tirei pena definitiva por conta que eu esperei o julgamento encarcerado e quando veio sair a sentença do caso eu já ‘tava’ na rua, eu já tinha ganhado o direito em liberdade com o uso de tornozeleira eletrônica. Então eu não tirei uma sentença lá dentro, mas eu tirei sim um tempo de cadeia, de sistema no caso.

É possível observar por meio destes dados que as penas dentro do sistema ocorrem de maneira muito ampla, e variam em vários fatores, o que não permite que um mesmo detido tenha a pena igual. Outro fator interessante de se observar é como, muitas vezes, a maior problemática do sistema penal é o tempo em que se mantém detidos os presidiários aguardando uma sentença. Atualmente, no Estado da Paraíba, cerca de 13.000 presos, no qual uma parcela de 18,67% está detida na espera de suas sentenças. Isso equivale a uma grande parcela da população carcerária que passa anos detidos em busca da sua defesa judicial, assim como os entrevistados 2 e 3.

¹⁰ Em redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984: “§ 1º - Considera-se: a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média; b) regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar; c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.”

A figura I, retirada do site da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba (SEAP-PB), são dados públicos que expõe a realidade do sistema penitenciário no Estado. As estatísticas apontam para uma maior concentração de uma população já detida com penas definidas judicialmente, mas também um aumento significativo de indivíduos em regimes semiabertos, aberto e fechados provisoriamente.

Figura I.



Fonte: SEAP – PB: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria>

Em seguida, as perguntas seguiram com o intuito de entender como ocorreu o processo de ingresso no sistema uma vez que este deve acolher e fornecer aos detidos maneiras de tirá-los do mundo do crime. Portanto, foi-lhes questionado se houve alguma assistência ressocializadora enquanto estavam detidos, a fim de compreender como funcionam as políticas públicas acerca desse tema (como são na teoria e como se efetivam na prática).

Apenas o Ent. 1 alegou ter recebido assistência enquanto ainda estava detido, mas esta não correspondia a uma experiência trabalhista. O mesmo alegou que quando estava no regime fechado, estudava dentro da prisão com direito a remissão de pena. Ao ser questionado acerca de como funcionava tanto os estudos quanto o processo para garantir a vaga, ele informou:

É uma escola normal que tem no presídio, tem a sala de aula, os professores e as matérias lá, só que as aulas são reduzidas não são como aqui na rua, entendeu? É uma hora, uma hora e meia mais ou menos só de aula...aulas normais. Assim que você chega no presídio, tem pessoas que trabalham na casa, eles passam recolhendo os nomes dos presos que quer ter a oportunidade de trabalhar e de estudar, aí a cada 3 dias trabalhados ou estudados, reduz um dia na sua pena.

A fala do entrevistado exprime a escassa oportunidade oferecida nas penitenciárias brasileiras¹¹, que mesmo sendo garantida por lei, em muitas instituições não possui a infraestrutura e o investimento necessários para fornecer tal política ressocializadora. Isso exprime uma realidade penitenciária que mantém os detentos em tempo ócio, à mercê das facções e das violências que vêm a ocorrer dentro do sistema. Uma vez que não há no seu cotidiano dentro da penitenciária, componentes que o auxiliem a melhorar seu currículo, aprimorar suas habilidades e adquirir conhecimento, a tendência a ser seguida uma vez que sair dela é continuar na criminalidade.

Os entrevistados 2 e 3, portanto, trouxeram em suas falas a revolta que sentem por esse sistema desigual:

Isso é uma coisa que nunca aconteceu a algum preso, nem nunca vai acontecer. Nosso sistema só se importa em criar mais bandidos, a punir os bandidos e a excluí-los. (Entrevistado 2)

Mas não cheguei a ter esse apoio, tanto dentro como fora, porque dentro eu não tinha conseguido a pena então não tinha como eu trabalhar. Questão de estudo, etc., também não tinha como fazer ensino superior lá dentro porque assim que eu fui preso a primeira vez eu já tinha ensino médio completo, então não tinha como fazer superior lá dentro. Então eu não tive esse apoio dele. (Entrevistado 3)

Em consonância a isto, observa-se na sociedade uma construção da identidade do ex-presidiário enquanto um indivíduo desmerecedor dos seus direitos enquanto cidadão uma vez que atuam em ações desviantes. São corpos que, não só para o sistema penitenciário, mas também para a sociedade “normal”, são descartáveis e impassíveis de mudança. Isso se fundamenta nas políticas falhas que são criadas e reproduzidas dentro das prisões, e que não modificam em nada o pensamento

¹¹ Em redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011.: “Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.”

daqueles que estão privados de liberdade. Na realidade, é essa situação de abandono não só sistêmico, mas também sociofamiliar que desvia ainda mais o indivíduo. Como bem apontado por Becker (2008, p. 24), essas ações desviantes só são vistas desta maneira na medida em que há agentes que a repudiam, da mesma maneira com a categoria nomeada por ele de *outsiders* que compõem esse grupo de indivíduos que estão justamente fora do padrão normativo social. É nesse contexto que a nona pergunta busca identificar se houve para os entrevistados algum tipo de rede de apoio uma vez que saíram do sistema.

Os relatos acerca do apoio após saída do sistema não são diferentes, todos mencionam como precisaram criar forças por si só para reconquistarem aquilo que perderam quando adentraram o sistema. O discurso solitário se dá pela exclusão que ocorre com esses indivíduos pela sua característica de desviantes ou *outsiders*, por não estarem de acordo com aquilo que a sociedade espera, pela ruptura que se dá na relação de confiança com o outro na medida em que identificamos algum aspecto desviante ou negativo neste. Em relação ao apoio fora do sistema, o Ent. 2 explica:

No meu caso eu não tenho crença, meu ciclo social é muito limitado e minha família não é um dos ótimos exemplos. Eu precisei dormir na rua no primeiro dia após sair da cadeia, que eu não tinha casa pra dormir, não tinha dinheiro pra fazer nada. Eu vi que eu tinha tudo antes de ser preso, e quando saí, nem canto pra dormir eu tinha.

Portanto, o fato de possuir uma identidade desacreditada, por ter cometido ações desviantes, a reação instantânea para cura do processo de desordem causado por sua ação é o de retirar esse indivíduo de toda e qualquer socialização e colocá-lo em um local de escanteio e marginalização. Por sua vez, a família dos outros entrevistados se fez presentes, na medida em que eram os únicos a defende-los além de si mesmos. Configuram-se, portanto, no que Goffman (2022) chama de 'pessoas informadas' que estão ao lado do estigmatizado não somente por conhecerem seus problemas, mas por se compadecerem e ajudarem estes com as consequências de suas ações.

Esta sessão foi de extrema delicadeza nas falas dos entrevistados, pois revisita justamente onde são mais negligenciados: as relações sociais. Então foi possível identificar em seus relatos o quão solitário é retornar á sociedade após o ingresso no sistema, e a reconquista do espaço não só de cidadão, mas de toda uma identidade

que passou a ser considerada errada. A reconstrução, portanto, não se torna apenas de aspectos materiais, mas também sentimental, psicológico, social e etc.

Em relação á mesma pergunta sobre rede de apoio, o entrevistado 4 explica:

Não tive nenhum tipo de ajuda, eu mesmo que corri atrás, eu mesmo que fiz minhas coisas e se não tiver o seu próprio empenho não adianta esperar de ninguém, nem do governo e de nenhuma instituição, que isso é tudo ilusório.

Essas questões afetam diretamente a maneira como estes indivíduos se enxergam na sociedade uma vez que saem do sistema. A rede de apoio é essencial para prevenir que estes recaiam ao mundo da criminalidade e acabem retornando como egressos. Porém, a realidade do preconceito muitas vezes não permite que estes possuam rede de apoio, seja ele qual for. No entanto, aos que possuem a oportunidade de um apoio, obtém um maior campo de possibilidades novas em suas vidas:

A única rede de apoio que eu tive foram alguns amigos, poucos, na época, minha família, né? Minha mãe, que não me deixou, meu irmão. Principalmente meu irmão que fez de tudo pra me tirar né? Pagou advogado caríssimos, mexeu em tudo que poderia ter mexido na parada pra me tirar lá de dentro. Mas qualquer outro tipo de apoio...não. Igreja, família em si né? Que as pessoas falam que é tia, primo...também, ninguém. Só realmente minha mãe, meu irmão e minha irmã né? Que ficou lá, inclusive até hoje. (Entrevistado 3)

Portanto, para Goffman (2022), essa relação do estigmatizado com os 'normais' é de extrema análise e cuidado por parte do primeiro, pois acredita no tecido fino que cobre essa relação. Entende-se estas relações como parte de uma narrativa montada e sendo constantemente repensada por estes indivíduos de maneira que seu aspecto estigmatizador não seja definidor da relação. Especialmente no que corresponde à família, existe a preocupação em retornar aquilo que um dia o indivíduo foi antes de se tornar estigmatizado, ou seja, calculadamente para que não haja mais violência.

Em conjunto a essa análise, as perguntas seguintes correspondem as experiências destes acerca do trabalho em si, uma vez que saíram do sistema. A primeira pergunta relaciona-se a oportunidades de emprego e/ou entrevistas realizadas após a saída. Todos informaram que não houve nenhum contato, ou mesmo os que trabalham informalmente, apontaram que há dificuldades em encontrar clientes. O Ent. 1, por ser dono de sua própria mecânica, explana que não tentou e nunca passou por nenhum processo seletivo. Já o Ent. 2 aponta que até chegou a

trabalhar de carteira assinada, mas era por um período de 3 meses. O Ent. 3 apontou que mesmo colocando seu currículo em inúmeras empresas, o mesmo nunca foi chamado. O mesmo ocorre com o Ent. 4, que mesmo trabalhando informalmente, alegou sofrer preconceito com as seguradoras de mercadorias, que em muitas situações não aceitam seu cadastro pelo histórico criminal.

Em união a isto, foi questionado se haviam sofrido algum tipo de preconceito no mercado de trabalho, ao passo que o Ent. 1 é o único a responder que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito por trabalhar por si mesmo. Isto se dá por que muitas vezes, assim como abordado por Goffman (2022, p. 20), o estigmatizado adquire para si a opinião negativa sobre si mesmo e assim passa a não perceber os pontos de violência sofridos. Para ele, “O estigmatizado pode, também, ver as privações que sofreu como uma benção secreta, especialmente devido à crença de que o sofrimento muito pode ensinar a uma pessoa sobre a vida e sobre as outras pessoas”.

Porém, de maneira mais crítica a sua própria realidade, os entrevistados 2, 3 e 4 denunciam:

Muitos, a palavra "ex-presidiário" é uma palavra que atormenta qualquer pessoa que passa pelo sistema. Um mercado do meu bairro, quando procurei emprego pouco tempo após sair, ouvi a seguinte frase do dono "tu acha que eu confio é?". Também já ouvi do meu avô que é marceneiro, e eu trabalhei com ele desde cedo, "eu queria te levar pra trabalhar comigo, mas nos sistemas que tu vivia num dá não". Hoje em dia as coisas estão diferentes porque eu fiz de tudo pra transparecer que eu não seguia a mesma linha de raciocínio. Tentei me introduzir no mercado de trabalho e no meio acadêmico para tentar por mim mesmo, uma ressocialização. (Entrevistado 2)

Devido a isso eu acredito que sim. Muitas das vezes. Fora do mercado de trabalho, sim, inúmeras. Até recentemente mesmo teve um caso que um supermercado aqui próximo de casa 'tava' contratando pessoas pra ser estoquista e etc. Eu fui lá deixei meu currículo, eu e meu amigo, e tipo assim ele tá terminando o ensino médio, não tem curso, não tem nada. Mesmo eu tendo curso, mesmo eu tendo ensino médio completo, mesmo já tendo uma experiência no mercado de trabalho e tendo assinado carteira, eles optaram por uma pessoa novata no mercado. Tem 19 anos e tal, começando agora. Pode ter sido por diversas outras coisas, mas na minha concepção eu acho que tenha sido por isso. Ao puxar dados, ao puxar o cpf da pessoa, rg e etc. Acho que eles viram né, e optaram pelo cara." (Entrevistado 3)

Várias vezes sofri preconceito, ainda sofro hoje, por principalmente seguradoras de carga. Ah toda vez que eu vou carregar eu passo meu cpf né? Eles consultam ai me bloqueia, fala que meu perfil não é apto pra carregar, entendeu? Na hora que vê seu nome que puxa, que 'cê' tem qualquer coisa eles nem... [sinal de negação com a cabeça]" (Entrevistado 4)

O que é possível entender destas falas é a problemática acerca da aceitação destes indivíduos enquanto participantes ativos da sociedade e que possuem direito ao trabalho assim como qualquer outro cidadão. O que o estigma ocasiona na vida profissional destes indivíduos é a constante descrédibilização de sua capacidade produtiva.

Heller (2016) retoma o conceito de trabalho como categoria essencialmente intrínseca dentro da socialização dos indivíduos sociais, e de fato, o sentido do trabalho enquanto unidade de força e movimento do homem na sociedade está instituído em cada um dos agentes sociais. Portanto, sendo característica essencial de transformação na vida destes, deve ser ponto chave para que estes indivíduos retornem a sociedade com dignidade social e política.

O que Heller aponta sobre o homem genérico ultrapassa os limites de uma concepção filosófica, mas também de autoconhecimento e desenvolvimento de uma identidade deteriorada pelo estigma. Desse modo, mesmo que estes indivíduos não encontrem oportunidades formais de produção como labour e mesmo que suas produções em work também não sejam consideradas, estes encontram maneiras de inovar e se inserirem no mercado. Isso se dá pela necessidade de reinvenção pelo trabalho, de fuga de uma realidade criminal, do entendimento geral de que é por meio do trabalho que se modifica a própria realidade. Portanto, o despertar do homem genérico e até mesmo de seus aspectos individuais vai depender veementemente da sua relação com o trabalho e o estigma que sofrem.

Por fim, a última pergunta se deu em fins de entender as dificuldades sofridas por estes no retorno à sociedade e ao mercado de trabalho após saída do sistema. Todos apontaram a desconfiança como principal fator que dificulta no resgate das relações e da vida social:

A maior dificuldade é reconquistar a confiança do pessoal que sabe que a pessoa vem do sistema. A maior dificuldade é essa, mas devagarzinho a pessoa chega lá né? Como eu cheguei. (Entrevistado 1)

Ninguém confia que você mudou de ideia, ninguém acredita na sua capacidade. Apenas dizem "mude de vida", mas quando você toma uma atitude para mudar de vida, encontra milhões de dificuldades que outras pessoas estão colocando (Entrevistado 2)

A maior dificuldade pra mim hoje é a aceitação, 'ta' sendo a aceitação. E é aceitação de tudo, pra tudo, em relação a tudo. Sociedade, profissional, falando em todos os aspectos. (Entrevistado 4)

Ocorre uma realidade de uma identidade constantemente desacreditada, que não possui visibilidade ou confiança suficientes para as relações com os normais, portanto, afeta sua forma de ver a si mesmos como apontado por Goffman (2022), “A presença próxima de normais provavelmente reforça a revisão entre autoexigências e ego, mas na verdade o auto ódio e a autodepreciação podem ocorrer quando somente ele e um espelho estão frente a frente”. Como também bem elaborado pelo Ent. 3 ao relatar como se sente em relação ao retorno a sociedade após o tempo detido. Profundamente e subjetivamente, explica:

A maior dificuldade depois que você sai do sistema...essa pergunta aí é boa, é difícil também, por conta que eu ainda ‘to’ aprendendo a coisas normais. Você não se vê como um ser humano mais, tá ligado? Infelizmente você acha que você é o bicho que eles falam que você é e que eles te tratam como. O maior preconceito que fica é em você mesmo, é você em qualquer roupa se sentir feio, porque na sua cabeça você não é uma pessoa você é um ex-presidiário. Em qualquer lugar você ter medo de ir, é shopping, restaurante, essas coisas, você fica com medo também de tá num lugar tipo assim...um shopping, e tipo alguém do seu lado se levantar e deixar uma bolsa, você fica com receio de ficar perto, você quer sair dali porque acha que todo mundo vai achar que você vai roubar essa bolsa, tá ligado? Como aconteceu diversas vezes, assim, de eu tá num supermercado e o segurança já vim pro corredor que eu ‘tava’ e eu já sair do mercado, não comprar nada, porque eu fiquei nessa de “Pô, ‘ta’ achando que eu vou roubar”. Só que eu não ia fazer nada, eu ‘tava’ literalmente ali pra comprar algo e eu deixar de comprar algo por conta que na minha cabeça todo mundo acha que eu vou fazer maldade e etc., sendo que não. Então eu acho que a maior dificuldade é essa sabe? De você se ressocializar. É você se perdoar, tá ligado? Você entender que você não é o que você viveu, você é o que sua essência diz que você é, tá ligado? Mas é muito difícil você ficar com isso na cabeça todos os dias, e acontece mesmo, acontece de você ter medo de conhecer pessoas novas, tá ligado? Já aconteceu também de quando eu tá conhecendo alguém e tipo esse alguém saber de algo do meu passado, não por mim, mas por terceiros, e se afastar do nada e me bloquear, sumir e quando eu procurar essa pessoa é tipo ‘não, nada’ e tal. E depois eu vim saber que é porque soube que eu fui preso já, enfim, são inúmeras coisas que fazem você sentir a dificuldade de se enxergar como uma pessoa mesmo e tal. De você ver assim ‘pô eu posso trabalhar, eu posso ter uma família, eu posso casar, eu posso ter um filho’ Geralmente você quando alguém sai da cadeia as pessoas falam assim ‘ah ele saiu pior’, mas não é que ele saiu pior, é que quando ele saiu ele foi tratado como alguém pior, tá ligado? Ele não recebeu aquele carinho que é realmente carinho, não, ele recebeu pena da família. Tipo ‘ah fulano vai te ajudar’, mas vai te ajudar porquê? Porque fulano não quer te ver mais preso, não é porque fulano vê em você um potencial pra lhe ajudar e lhe ver lá na frente, tá ligado? São muitas coisas que fica na nossa mente e só a nossa mente entende, tá ligado?

Foi possível perceber, não somente pelas falas dos entrevistados, mas também pelo modo que expuseram suas experiências, que há na sociedade uma necessidade de excluir e marginalizar tudo aquilo que não é de acordo com o que a coesão social espera. Isto, gerou nos entrevistados, consequências que modificaram sua forma de ver, viver, sentir e experimentar o mundo.

Uma vez que agora se encontram à mercê de uma sociedade que não respeita seus desejos, que não os considera como parte de uma movimentação social que depende de todos os indivíduos nela, é comum identificar-se como abordado anteriormente por eles: distanciados, desacreditados, fora de sua própria identidade e assustados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia vem como ciência essencial para se discutir trabalho e ressocialização, especialmente quando o tópico principal que se estabelece entre as duas categorias é o estigma social. A sociedade tem papel essencial na maneira que os indivíduos vivem, sentem, relacionam e transformam suas realidades. Portanto, pesquisar os agentes ex-presidiários nessa realidade social em que seus corpos são descartáveis, é encontrar desafios e campos férteis para compreender até onde vão as concepções comuns da sociedade e como geram consequências negativas na vida das pessoas.

Não é a intenção defender a criminalidade, as consequências negativas e danosas que ela causa a sociedade. Mas de todo modo, também não se fundamenta aqui uma concepção de que o criminoso é desumano, mas que em cada indivíduo desviante há uma realidade diferente que pode ser explorada.

Abordar a ressocialização significa entender esse criminoso como cidadão, como indivíduo social, e tantas outras características que o tornam passível à mudança. Ou seja, é não instituir em sua vida uma eternidade de uma identidade estigmatizada, mas auxiliá-lo na mudança de sua própria realidade.

Em conclusão, reflete-se se há na sociedade uma maneira de evitar que esse estigma defina o modo pelo qual os indivíduos se relacionam. A injustiça instaurada nessa percepção demonstra a necessidade de se repensar as relações humanas e a maneira pela qual se socializam os indivíduos considerados diferentes. Se não maneira de que acabe, que ao menos se evite provocar, por exemplo, o retorno de um ex-presidiário ao sistema por não se encaixar ao modo que a sociedade propõe que o mesmo deve viver.

O trabalho enquanto esta categoria central na vida de todo homem, deve ser a principal saída para que estes indivíduos não persigam nos caminhos da criminalidade. Além disso, é por meio do trabalho que eles irão ressignificar suas próprias identidades deterioradas e também resgatar a sua condição de homem genérico.

Além disso, observa-se na sociedade uma necessidade de amadurecimento acerca do sistema penal e também de suas políticas de ressocialização. Especialmente no que se diz respeito ao Brasil, percebe-se uma grande falha no

retorno destes indivíduos a sociedade, uma vez que não são preparados dentro das penitenciárias para a realidade que encontrarão quando estiverem livres.

É dever do Estado garantir que sejam acompanhados, protegidos e estudados estes indivíduos. Se torna inadmissível que se segregue por anos os reclusos e ao saírem do sistema não haja nenhuma indicação do que pode ser realizado. São as possibilidades de mudança de vida que gerarão indivíduos mais conscientes e menos manipulados pela criminalidade.

REFERÊNCIAS

- ARDNT, K. A.; LANGE JUNIOR, E. F. Inclusão social de ex-detentos no mercado de trabalho. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ**, Dourados, v. 9, n. 1, p. 7-25, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/download/5244/4290/22956>. Acesso em: 2 set. 2023.
- BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2008.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 7.209/84. Da Aplicação da Lei Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7209.htm. Acesso em 27 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 7.210/84. Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em 27 out. 2023
- BRASIL. **Lei nº 12.433/11. Disposição de Remição da Pena por Trabalho ou Estudo**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.433%2C%20DE%2029,por%20estudo%20ou%20por%20trabalho. Acesso em 30 out. 2023.
- DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. I, 483 p. (Tópicos) ISBN: 9788578272531.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2022.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo, Paz e Terra, 7ª ed., 2016.
- _____. De la cotidianidad a la genericidad. *In*: HELLER, Agnes. **La Sociologia de la vida cotidiana**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1987. cap. II, p. 119-132.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999
- MARX, K. **O capital**: Livro 4: Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUSSE, Ricardo. **Émile Durkheim: Fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Editora Ática, 2007

RIBEIRO, Fernanda Maria V. Nuances da Sociologia do Desvio em Émile Durkheim. **Revista Caderno de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, p. 7-25, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/233/204>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - PB. **Programa/Projetos - Eixo Trabalho**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/programas-projetos-1/eixo-trabalho>. Acesso em: 10/10/2023

VANALI, A. C. **Agnes Heller e Michel de Certeau: propostas de análise sobre a vida cotidiana**. *Vozes, Pretérito & Devir*. 2015; IV (1):110–25. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/76>. Acesso em 14 de out 2023.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Entrevista – Perguntas Estruturadas

1 - Idade
2 - Você se considera branco, amarelo, pardo, negro/preto ou indígena?
3 - Atualmente, possui alguma profissão?
4 - Possui alguma experiência no mercado de trabalho? (formal ou informal)
5- Há quanto tempo saiu do sistema?
6 - Chegou a cumprir pena definida judicialmente? Se sim, quanto tempo?
7 - Você recebeu alguma assistência de ressocialização enquanto estava no sistema? (por exemplo, oportunidade de emprego, estudos, curso ou outros)
8 - Ao sair do sistema, teve alguma ajuda ressocializadora? (por exemplo, oportunidade de emprego, estudos, curso ou outros)
9 - Você considera que possuiu/possui rede de apoio fora do sistema? Se sim, qual? (Por exemplo: família, amigos, igreja, etc.)
10 - Já participou de algum processo seletivo para trabalho após saída do sistema?
11 - Já sofreu algum preconceito no mercado de trabalho ou fora dele quando saiu do sistema? Se sim, como aconteceu?
12 - Para você, qual a maior dificuldade em retornar a sociedade depois de sair do sistema?